

**IESVAP – INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO PARNAÍBA**

**LUCAS TAWAN ALVES PINHO**  
**FRANCISCO RONALDO FERNANDES LIBERATO JR**  
**JEANE OLIVEIRA DA SILVA**

**DIREITO SUCESSÓRIO DE NETOS CRIADOS POR AVÓS**

**PARNAÍBA – PI**

**2025**



IESVAP - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba SA  
Av. Evandro Lins e Silva, nº 4435 B. Sabiazal - CEP 64.212-790, Parnaíba-PI  
CNPJ - 13.783.22/0001-70 | 86 3322-7314 | [www.iesvap.edu.br](http://www.iesvap.edu.br)

**LUCAS TAWAN ALVES PINHO**  
**FRANCISCO RONALDO FERNANDES LIBERATO JR**  
**JEANE OLIVEIRA**

## **DIREITO SUCESSÓRIO DE NETOS CRIADOS POR AVÓS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Direito fazer do Instituto de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Luiza Márcia Carvalho dos Reis

**PARNAÍBA – PI**  
**2025**



## DIREITO SUCESSÓRIO DE NETOS CRIADOS POR AVÓS

LUCAS TAWAN ALVES PINHO

FRANCISCO RONALDO FERNANDES LIBERATO JR

JEANE OLIVEIRA

LUIZA MÁRCIA DOS REIS

### Resumo

Este trabalho analisa o direito sucessório dos netos criados por avós sem a formalização da adoção. Parte-se da observação de que, em inúmeros contextos familiares, os avós assumem integralmente o papel de pais, estabelecendo vínculos afetivos sólidos e duradouros, embora desprovidos de reconhecimento jurídico pleno. O problema central reside na exclusão desses netos da sucessão legítima, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro, pautado no Código Civil de 2002, mantém como requisito a formalização da filiação. A pesquisa evidencia a tensão entre a legalidade e a afetividade, destacando que a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma, ao consagrar princípios como a dignidade da pessoa humana e a pluralidade das entidades familiares. A doutrina e a jurisprudência, especialmente em decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, têm reconhecido a filiação socioafetiva como elemento válido para efeitos jurídicos, ainda que sua aplicação sucessória permaneça restrita e desigual. A luz dessa perspectiva, cabe pontuar que o presente trabalho adota como método o estudo bibliográfico e documental, baseado na análise de doutrina especializada, legislação vigente e jurisprudência dos tribunais superiores. Além disso, dados do IBGE apontam a relevância social do fenômeno, com milhões de crianças e adolescentes vivendo em lares chefiados por avós, o que reforça a urgência de adequações normativas. A análise demonstra a necessidade de evolução legislativa e de maior uniformidade jurisprudencial, de modo a harmonizar a segurança jurídica com a justiça material. Conclui-se que a inclusão dos netos criados por avós na ordem de vocação hereditária representa não apenas uma medida de adequação normativa, mas sobretudo uma exigência ética de proteção à dignidade humana e de reconhecimento da realidade social contemporânea.

**Palavras-chave:** direito sucessório; família socioafetiva; netos criados por avós; dignidade da pessoa humana; jurisprudência.

### INTRODUÇÃO

Nas relações familiares, observa-se com frequência histórias em que os avós assumem a criação dos netos como pais, em razão do abandono, falecimento ou ausência dos pais biológicos, todavia na maioria dos casos, sem a adoção formalizada judicialmente, forma-se um vínculo afetivo tão intenso quanto o vínculo biológico, marcado pela convivência que gera afeto através do vínculo. Os avós passam a assumir todas as responsabilidades próprias de uma



criação. Entretanto, quando essa relação é submetida ao campo jurídico, especialmente na sucessão hereditária, surgem limitações que precisam ser analisadas.

O ordenamento jurídico brasileiro depende, da formalização legal da filiação para reconhecer determinados direitos, dentre estes o direito à herança. Nesse cenário, netos criados como filhos, mas sem o processo de adoção formalizado, ficam excluídos da sucessão legítima de seus avós, mesmo quando a convivência familiar se mostra duradoura, pública e marcada pelo afeto. A controvérsia reside justamente na possibilidade do vínculo socioafetivo não ser reconhecido como elemento jurídico suficiente para fundamentar direitos sucessórios no caso dos netos.

A discussão em torno do tema “O direito sucessório dos netos sem adoção formal” mostra-se atual e de grande relevância e revela a necessidade de ampliar os estudos para que o nosso ordenamento jurídico possa acompanhar as transformações sociais, valorizando os laços afetivos reais e promovendo a proteção integral da dignidade da pessoa humana. Com a ampliação do conceito de família, impulsionada pela Constituição Federal de 1988 e por decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, torna-se imprescindível refletir sobre a efetividade da filiação socioafetiva no âmbito do Direito das Sucessões. Conforme explica Lôbo (2018, p. 53):

Encontram-se na Constituição os fundamentos essenciais do princípio da afetividade, constitutivos dessa aguda evolução social da família brasileira, além dos já referidos: a) todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem (art. 227, § 6º); b) a adoção, como escolha afetiva, alçou-se integralmente ao plano da igualdade de direitos (art. 227, §§ 5º e 6º); c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos, tem a mesma dignidade de família constitucionalmente protegida (art. 226, § 4º); d) a convivência familiar (e não a origem biológica) é prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente (art. 227).

Essa reflexão reforça que o princípio da afetividade encontra respaldo direto na Constituição, servindo como base interpretativa para a ampliação dos direitos familiares e sucessórios.

A análise da possibilidade jurídica de reconhecimento de netos criados por avós como herdeiros legítimos encontra respaldo nos princípios constitucionais, na legislação infraconstitucional, na doutrina e na jurisprudência. Decisões judiciais que reconhecem a parentalidade socioafetiva servem de fundamento para a defesa de um Direito Sucessório mais humanizado e capaz de contemplar a pluralidade das estruturas familiares contemporâneas.

Verifica-se que o Poder Judiciário, em diferentes situações, já admite a força do vínculo afetivo como elemento constitutivo da filiação, ainda que sem o respaldo formal da adoção.



Casos relacionados à paternidade e à maternidade socioafetiva confirmam que o afeto, aliado à posse do estado de filho, possui legitimidade suficiente para gerar efeitos jurídicos relevantes. No entanto, quando se trata do direito sucessório dos netos, a ausência de legislação específica ainda produz insegurança jurídica e fragiliza a efetividade da proteção familiar.

Outro ponto fundamental repousa no princípio da dignidade da pessoa humana, que norteia todo o ordenamento constitucional. Negar direitos sucessórios a netos criados como filhos implica, em muitos casos, violação desse princípio, pois ignora uma trajetória consolidada de afeto e dependência mútua. A ausência de legislação específica afasta o Direito da realidade social, comprometendo sua função essencial de garantir proteção e justiça às relações familiares.

A doutrina contemporânea reconhece a socioafetividade como fator de igual relevância ao vínculo biológico. Diversos juristas destacam que a família não se limita a laços de sangue, mas se constrói também a partir da convivência, da responsabilidade e do amor. A efetivação do direito sucessório em favor de netos criados por avós representa, portanto, não apenas um avanço jurídico, mas também um imperativo de justiça social que atende aos valores constitucionais de igualdade e dignidade.

Discutir o direito sucessório dos netos sem adoção formal significa refletir sobre a evolução do conceito de família e sobre a proteção jurídica que deve ser a ela assegurada. Nosso Código Civil, no artigo 1.593 nos diz o seguinte “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”. Desse modo, entende-se que há outras **formas de** se reconhecer um vínculo jurídico, não necessariamente vínculo sanguíneo. Trata-se de pensar em um Direito mais inclusivo, capaz de reconhecer a diversidade das relações humanas e de adaptar-se às demandas da sociedade contemporânea.

Outrossim o artigo 1.784 do Código Civil nos ensina que a herança desde logo é transmitida aos herdeiros necessários, reconhecendo apenas os herdeiros expressos em lei, deste modo o reconhecimento dos netos como herdeiros legítimos abre-se uma lacuna no ordenamento jurídico que precisa ser ajustado para que outros sejam beneficiados. O reconhecimento desses netos como herdeiros legítimos não apenas valoriza os laços afetivos, mas também fortalece a noção de que a justiça deve acompanhar as transformações sociais, conferindo segurança e dignidade às múltiplas formas de família existentes no Brasil.

A luz dessa perspectiva, cabe pontuar que o presente trabalho adota como método o estudo bibliográfico e documental, baseado na análise de doutrina especializada, legislação vigente e jurisprudência dos tribunais superiores. Essa abordagem permite compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem tratado o tema e quais caminhos podem ser propostos

para harmonizar a legalidade com a afetividade. O objetivo geral do trabalho é analisar a possibilidade de reconhecimento do direito sucessório dos netos criados por avós, à luz do princípio da afetividade e da dignidade da pessoa humana. Com os objetivos específicos, busca-se, compreender o ordenamento jurídico trata à filiação socioafetiva no ordenamento brasileiro; examinar a evolução jurisprudencial sobre o tema; identificar como lacunas existentes na legislação civil quanto ao direito sucessório dos netos sem adoção formal; e sugerir uma reflexão sobre a necessidade de adequação normativa e interpretativa que assegura maior proteção às relações familiares socioafetivas.

Nesse viés, a questão problema que norteia este trabalho é a seguinte: diante da ausência de previsão legal específica, é possível reconhecer efeitos sucessórios a netos criados por avós com base na filiação socioafetiva?

Por fim, espera-se que este contribua para a reflexão crítica sobre a necessidade de reformas legislativas e interpretações judiciais mais sensíveis às realidades sociais contemporâneas. O Direito, como instrumento de mudança, deve acompanhar as transformações da sociedade brasileira e garantindo que nenhuma relação baseada em afeto e responsabilidade seja desconsiderada por meras formalidades.

## **1 O Direito Sucessório no Ordenamento Jurídico Brasileiro**

O direito sucessório no Brasil é regulado, sobretudo, pelo Código Civil de 2002, que substituiu o antigo diploma de 1916. A sucessão ocorre com a morte, conforme dispõe o art. 1.784, transmitindo-se a herança de imediato aos herdeiros. Esse fenômeno, denominado *saisine*, garante a continuidade da titularidade patrimonial, evitando lapsos jurídicos e protegendo a circulação econômica. Trata-se de um mecanismo fundamental para assegurar a segurança jurídica e a estabilidade social, na medida em que a morte, como fato inevitável, não pode gerar um vácuo no ordenamento. Assim, a sucessão tem uma função que vai além da mera transmissão de bens: ela preserva a ordem e a confiança nas relações sociais.

A sucessão pode ser legítima, quando decorre da lei, ou testamentária, quando resulta da manifestação de última vontade do falecido. Na sucessão legítima, há uma ordem de vocação hereditária definida em lei (art. 1.829 do CC), que prioriza descendentes, ascendentes e cônjuges. Os netos, por sua vez, só herdam dos avós quando chamados por representação, ou seja, na ausência dos pais, que seriam herdeiros prioritários. Esse mecanismo busca preservar a lógica da hierarquia familiar, garantindo que cada geração seja chamada em sua vez.

Entretanto, quando aplicada de forma rígida, essa ordem pode gerar situações de exclusão de vínculos afetivos relevantes, como se verá adiante.

A sucessão legítima, regulamenta pelo Código Civil de 2002 em seu Art. 1.829, pauta-se numa ordem de vocação hereditária de última vontade do falecido, que estabelece:

- I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
- II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
- III - ao cônjuge sobrevivente;
- IV — aos colaterais (BRASIL, 2002, p. 2)

Essa lógica demonstra a rigidez do sistema sucessório brasileiro, que privilegia a linearidade biológica e a formalidade jurídica. Embora assegure previsibilidade, esse modelo ignora a diversidade de arranjos familiares existentes. O Código Civil de 2002, embora mais moderno, manteve uma estrutura conservadora nesse aspecto, sem abrir espaço para vínculos afetivos não formalizados. Dessa forma, a lei ainda opera dentro de um paradigma patrimonialista, no qual a proteção da família é secundária diante da segurança da ordem sucessória, o que contrasta com o espírito da Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988, por outro lado, trouxe um novo paradigma, ao reconhecer a pluralidade das entidades familiares (art. 226) e ao consagrar princípios como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e a solidariedade social (art. 3º, I). Esses princípios devem orientar a interpretação do direito sucessório, sob pena de o sistema legal entrar em conflito com a realidade social. Se a família deixou de ser concebida apenas pelo viés biológico, é natural que o direito sucessório acompanhe essa evolução, permitindo que o afeto seja reconhecido como critério legítimo de sucessão. Assim, a hermenêutica constitucional deve funcionar como elemento de transformação, aproximando a lei da vida cotidiana.

Autores como Zeno Veloso (2018) defendem que o direito das sucessões não pode ser tratado como mera transmissão patrimonial, mas como instituto voltado à proteção da família em suas várias dimensões. Dessa forma, a aplicação estrita da lei pode gerar distorções e injustiças, caso não seja harmonizada com os princípios constitucionais. Nesse sentido, não basta que a lei assegure a transmissão de patrimônio: ela deve, antes de tudo, resguardar a dignidade e a solidariedade entre os membros familiares, reconhecendo que a herança é também um reflexo dos laços construídos em vida.

Assim, é imprescindível que o direito sucessório seja lido à luz da Constituição, permitindo que vínculos afetivos, como os existentes entre avós e netos criados como filhos,



sejam considerados na ordem de vocação hereditária. Esse desafio é um dos pontos centrais deste trabalho, pois traduz o conflito entre a tradição jurídica e as demandas sociais atuais. A superação desse impasse exige tanto um avanço doutrinário quanto uma postura mais sensível do Judiciário, capaz de equilibrar a formalidade legal e a realidade afetiva.

## 1.1 O Papel da Afetividade no Direito de Família e Sucessões

A afetividade consolidou-se como valor jurídico essencial a partir da Constituição de 1988. A doutrina e a jurisprudência passaram a reconhecer que o afeto não é apenas elemento psicológico, mas verdadeiro princípio jurídico, que deve nortear as relações familiares. Como ensina Maria Berenice Dias (2022 falta pagina), “a afetividade é o fundamento maior do direito de família contemporâneo, deslocando o eixo do biológico para o relacional”. Essa mudança de perspectiva é significativa porque rompe com o modelo tradicional centrado apenas na herança genética, abrindo espaço para compreender a família como espaço de solidariedade, cuidado e pertencimento. Dessa forma, o afeto deixa de ser mero sentimento e passa a ser instrumento de concretização da dignidade humana.

Essa valorização da afetividade perpassa o campo doutrinário, encontrando dessa maneira respaldo no próprio texto constitucional, ainda que de forma implícita. Assim, a Constituição de 1988, ao proteger a família em suas diferentes formas, abriu espaço para que o afeto se tornasse um elemento estruturante das relações familiares, mesmo sem estar expressamente mencionado. Neste contexto, compreende-se a afetividade como princípio que dá concretude à dignidade humana, orientando a interpretação de institutos jurídicos tradicionais, como o casamento e a união estável. Nesse sentido, Maria Berenice Dias afirma que (2016, p. 55):

Mesmo que a palavra afeto não esteja expressa na Constituição, a afetividade encontra-se enlaçada no âmbito de sua proteção. Calha um exemplo. A união estável é reconhecida como entidade familiar, merecedora da tutela jurídica. Como se constitui sem o selo do casamento, isso significa que a afetividade, que une e enlaça as pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico.

A autora evidencia que o reconhecimento jurídico da afetividade não depende de sua menção literal no texto da Constituição, mas decorre da interpretação principiológica. Ao reconhecer a união estável como entidade familiar merecedora de proteção, o ordenamento jurídico brasileiro incorporou o afeto como elemento estruturante das relações familiares, isso



demonstra que o Direito contemporâneo evoluiu para além da formalidade, valorizando o aspecto humano e relacional da convivência.

Com isso, a afetividade, ainda que não expressa, encontra-se implícita em diferentes dispositivos constitucionais, sobretudo nos princípios da solidariedade social e proteção integral da família. Por sua vez, este entendimento possibilita a ampliação a eficácia do Direito de família fundamentando a expansão da afetividade também para o campo sucessório, legitimando vínculos que se formam através do cuidado e convivência, e não somente pelo sangue ou mesmo registro oficial.

A compreensão contemporânea da família ultrapassa a visão tradicional centrada exclusivamente nos laços biológicos. Conforme, evidencia o conceito moderno de entidade familiar abrange as relações de afeto, convivência e solidariedade, elementos que se tornaram fundamentais para a formação e manutenção dos vínculos. Nessa perspectiva, Barros (2006, p. 96) afirma que:

A família não deve ser apreendida apenas como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos ou de dependência, mas uma unidade composta por indivíduos, que cotidianamente vivem um jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres a cada um dos seus membros.

Essa reflexão revela que a família é um espaço dinâmico de relações sociais, marcado pela interação e construção de papéis e responsabilidades. Ao considerar o jogo de poder e a distribuição de direitos e deveres, Barros amplia o olhar jurídico para além do parentesco formal, reconhecendo que o afeto e a convivência cotidiana também produzem legitimidade nas relações familiares. Essa interpretação possibilita a compreensão de que os laços entre avós e netos criados fora dos moldes tradicionais, visto que demonstra que a experiência familiar não se resume à biologia, mas à vivência mútua, fundamento que deve ser igualmente reconhecido pelo Direito Sucessório.

Na prática, a afetividade tem sido reconhecida principalmente na filiação. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a posse de estado de filho, caracterizada por tratamento público, contínuo e duradouro, pode ser suficiente para o reconhecimento da filiação socioafetiva, com todos os efeitos jurídicos daí decorrentes, inclusive sucessórios. Esse entendimento reforça a ideia de que a convivência e o cuidado diário possuem força jurídica, independentemente da ausência de vínculo biológico ou formal. Isso demonstra que o Judiciário tem se mostrado receptivo às novas configurações familiares, ainda que a consolidação desse entendimento avance de forma gradual e nem sempre uniforme.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 898.060/SC, em 2016, deu um passo importante ao admitir a multiparentalidade. Nessa decisão, foi reconhecido que a coexistência de vínculos biológicos e socioafetivos é compatível com o sistema jurídico, atribuindo-se a ambos os pais, biológicos e afetivos, os mesmos direitos e deveres. Essa decisão reforça a ideia de que a afetividade tem força jurídica plena, inclusive no campo patrimonial. Ao reconhecer que o afeto e o sangue podem conviver de forma harmônica, o STF abriu caminho para um direito de família mais plural, que valoriza a realidade social em detrimento de formalismos excessivos.

Não obstante os avanços, o reconhecimento da afetividade na sucessão ainda é limitado. Muitos julgados restringem seus efeitos ao campo pessoal (guarda, convivência, alimentos), relutando em estendê-los ao patrimônio. Esse cenário revela um paradoxo: o mesmo ordenamento que reconhece o valor jurídico da afetividade hesita em aplicá-lo de forma integral. Na prática, isso significa que filhos socioafetivos muitas vezes possuem proteção apenas parcial, sendo excluídos da esfera patrimonial, o que contraria a própria lógica da dignidade humana. Esse impasse reforça a necessidade de um debate mais profundo e da superação da resistência cultural ainda presente no direito sucessório.

Doutrinadores como Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona defendem que essa resistência decorre de uma visão patrimonialista do direito das sucessões, que precisa ser superada. Para eles, o afeto, enquanto elemento estruturante da família, deve irradiar efeitos em todas as suas dimensões, inclusive na herança. Se a sucessão representa a continuidade da história e dos vínculos de quem faleceu, excluir a afetividade de seus efeitos equivale a negar a própria essência da família contemporânea. Nesse sentido, a doutrina tem pressionado para que os tribunais ampliem a aplicação da afetividade, de modo a harmonizar a lei com a realidade social.

Portanto, a análise do direito sucessório dos netos criados por avós deve necessariamente passar pelo reconhecimento da afetividade como princípio jurídico vinculante. Negar efeitos patrimoniais a relações afetivas sólidas equivale a esvaziar seu conteúdo jurídico. Mais que isso, representa perpetuar uma visão ultrapassada de família, que não dialoga com a Constituição nem com as mudanças sociais. Reconhecer o afeto como critério legítimo de sucessão é, portanto, uma medida de justiça e de adequação da lei ao tempo presente.

## **1.2 Netos Criados por Avós: Entre a Guarda de Fato e o Reconhecimento Jurídico**

O fenômeno dos netos criados por avós é cada vez mais frequente no Brasil. Diversos fatores contribuem para isso, como a morte precoce dos pais, o abandono, a dependência química, a falta de condições financeiras ou mesmo a negligência. Em tais contextos, os avós assumem integralmente a função parental, garantindo aos netos sustento, cuidado e educação. Essa realidade, embora muitas vezes invisibilizada pelo direito, representa uma prática consolidada em diversas comunidades, especialmente em famílias de baixa renda, nas quais os avós se tornam o principal suporte emocional e material das novas gerações.

A doutrina distingue a guarda de fato da guarda legal. A primeira ocorre quando alguém exerce funções de cuidado sem que haja decisão judicial formalizando a situação. Já a guarda legal é reconhecida por decisão judicial, conferindo àquele que a detém um título jurídico. No caso dos avós que assumem espontaneamente os netos, o mais comum é que se configure a guarda de fato. Essa distinção, embora técnica, possui profundas repercussões práticas, pois define o alcance dos direitos e deveres relacionados à criança ou adolescente. No entanto, a realidade mostra que, para muitos netos, a guarda de fato equivale a uma verdadeira relação de filiação.

A dificuldade é que a guarda de fato, por si só, não gera efeitos jurídicos plenos. Embora seja relevante para questões como alimentos e poder familiar, ela não cria automaticamente direitos sucessórios. Para tanto, seria necessário o reconhecimento judicial da filiação socioafetiva ou a adoção. Essa lacuna jurídica expõe uma contradição: a lei reconhece parcialmente a importância da guarda de fato, mas se recusa a lhe conferir todos os efeitos. Dessa forma, cria-se um cenário de insegurança, no qual o vínculo afetivo é forte e consolidado, mas o respaldo legal é frágil e insuficiente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, também contribui para o reconhecimento da afetividade como elemento indispensável das relações familiares. Essa compreensão reforça que o pertencimento familiar não fica limitado aos laços biológicos, mas que consolida-se nas relações construídas cotidianamente, sendo norteadas pelo cuidado e a responsabilidade.

O acolhimento familiar na legislação modificada prioriza a família natural (caput do art. 25 do ECA), convocando também a família extensa e ampliada, ou seja, “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (§ 1º do art. 25 do ECA com a nova redação da Lei nº 12.010/2009). Esses conceitos devem ser interpretados com vista ao “princípio do melhor interesse da criança”. Assim, a preferência pela família extensa deve ser marcada pela afinidade e afetividade, por sólido relacionamento com a criança ou adolescente, cuidado, atenção e carinho. Estes elementos devem sobrepor-se a uma relação puramente biológica, onde não existe compromisso e responsabilidade com crianças e jovens (PEREIRA, 2020, p. 477).

Exigir, contudo, a formalização da adoção pode se revelar excessivamente burocrático e até desnecessário em muitos casos. Avós que criam os netos com amor e dedicação muitas vezes não recorrem ao Judiciário, por desconhecimento, por falta de recursos ou por entenderem que a convivência dispensa formalização. Isso cria um vácuo jurídico, no qual a realidade afetiva não se traduz em direitos patrimoniais. Assim, enquanto o afeto preenche o cotidiano da relação, a lei impõe barreiras que impedem o reconhecimento de efeitos concretos. Esse descompasso reforça a necessidade de um olhar mais sensível do legislador e dos tribunais.

A admissão de vínculos socioafetivos requer dessa maneira elevado rigor probatório uma vez que tais relações ultrapassam a afetividade típica entre avós e netos, segundo destacam Rodrigo Forlani e Nathalia Pinesso Rigueiro Parron (2024)<sup>1</sup>

Os requisitos para o reconhecimento da filiação socioafetiva não são objetivos ou restritos. Não existe, por exemplo, a exigência de coabitação, muito embora essa possa ser um forte indício de que o afeto em relação aos netos seja ainda maior quando esses moram efetivamente com os seus avós. Outrossim, a forma como esses netos se refere e chama os avós pode ser uma forte prova, pois em muitos casos há inclusive o hábito de chama-los de pai ou mãe. Ainda, os registros médicos podem indicar que sempre foi a avó, ou o avô, que acompanhou o neto em atendimentos ambulatoriais, cirurgias e exames. Os registros escolares, assim como as assinaturas apostas em boletins e em avaliações, podem provar que eram os avós que acompanhavam a rotina de estudos do neto. Não obstante, fotografias e vídeos podem demonstrar que as comemorações de dia das mães e/ou dos pais eram celebradas junto aos avós, assim como as datas mais importantes como Natal e Páscoa. Depoimentos de vizinhos, professoras, colegas de turma, eventuais psicólogos, médicos e funcionários domésticos também são essenciais para corroborar que a relação afetiva com o neto se qualifica como relação filial.

A análise dessas provas evidencia que a filiação socioafetiva pode ser demonstrada por uma ampla gama de elementos da vida cotidiana e não apenas por vínculos formais. Esses indícios materiais e testemunhais revelam a profundidade do afeto e da convivência familiar, servindo como base concreta para o reconhecimento judicial do vínculo. Assim, a ausência de adoção formal não deve ser vista como obstáculo intransponível, mas como uma questão passível de superação quando a afetividade se mostra inequívoca. Reforçando o princípio da dignidade da pessoa humana, visto que reconhece que o amor, o cuidado e a convivência diária são pilares para as relações parentais.

O reconhecimento da filiação socioafetiva entre avós e netos, especialmente nos casos em que os netos foram criados sob a guarda e responsabilidade dos avós, constitui um

<sup>1</sup> LOPES, Rodrigo Forlani; PARRON, Nathalia Pinesso Rigueiro. **Impactos sucessórios do reconhecimento de netos adultos como filhos socioafetivos pelos avós**. CNB/SP, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://cnbsp.org.br/2024/12/30/artigo-impactos-sucessorios-do-reconhecimento-de-netos-adultos-como-filhos-socioafetivos-pelos-avos-por-rodrigo-forlani-lobes-e-nathalia-pinesso-rigueiro-parron/>. Acesso em: 19 out. 2025.

importante avanço na proteção dos direitos da criança e do adolescente. Tal entendimento está em consonância com o princípio do melhor interesse da criança, consagrado no artigo 227 da Constituição Federal, que assegura prioridade absoluta aos direitos infanto juvenis, inclusive ao direito à convivência familiar e comunitária (SILVA; CLEMES, 2025, p.8)

Nessa perspectiva, o reconhecimento da filiação socioafetiva entre avós e netos representa além de ser uma questão de justiça afetiva, constitui-se fundamentalmente como uma concretização dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Estudos apontam que mais de 5 milhões de crianças e adolescentes vivem em lares chefiados por avós, segundo dados do IBGE<sup>2</sup>. Esse número expressivo demonstra que não se trata de fenômeno isolado, mas de realidade social consolidada, que precisa de resposta jurídica adequada. Ao ignorar essa situação, o direito sucessório corre o risco de se tornar obsoleto e incapaz de oferecer proteção efetiva às famílias que fogem do padrão tradicional. Reconhecer a magnitude desse dado estatístico é essencial para compreender a urgência do problema.

A jurisprudência, em alguns casos, tem buscado suprir essa lacuna, reconhecendo a filiação socioafetiva em favor dos netos criados por avós. Entretanto, as decisões ainda são pontuais e dependem da comprovação da posse de estado de filho, gerando insegurança e desigualdade. Essa seletividade faz com que apenas alguns netos consigam ver reconhecidos seus direitos, enquanto outros permanecem excluídos, apesar de viverem realidades semelhantes. Assim, a ausência de uniformidade reforça a sensação de injustiça, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de regulamentação específica.

## 2 Direito Sucessório dos Netos Criados por Avós

O Código Civil de 2002, ao disciplinar a sucessão, não contemplou expressamente a hipótese dos netos criados por avós. Pela literalidade da lei, os netos só podem herdar diretamente dos avós se os pais estiverem mortos, na condição de representantes. Isso significa que, mesmo quando criados como filhos, os netos não têm vocação hereditária própria. A ausência de previsão legal específica reforça uma visão formalista, centrada no vínculo biológico ou no registro civil, que desconsidera situações consolidadas pelo afeto. Esse quadro

<sup>2</sup> Cerca de 7,3 milhões de crianças no Brasil vivem com avós e parentes, revelando uma nova realidade familiar. Disponível em: <https://www.portalv.com.br/news/cerca-de-73-milhoes-de-criancas-no-brasil-vivem-com-avos-e-parentes-revelando-uma-nova-realidade-familiar>. Acesso em: 19 out. 2025.

jurídico cria um verdadeiro vazio normativo, no qual a lei ignora práticas sociais já consolidadas em diversas famílias brasileiras.

Esse modelo revela uma lacuna legislativa. Se, de um lado, a lei assegura previsibilidade e ordem sucessória, de outro, ignora situações consolidadas pela realidade social. O resultado é a exclusão de sujeitos que, embora tenham desempenhado papel de filhos, ficam alijados da herança. Essa exclusão jurídica, além de injusta, gera insegurança e conflitos, pois muitos herdeiros biológicos se beneficiam de um patrimônio ao qual nunca estiveram ligados afetivamente. O descompasso entre a lei e a realidade, nesse ponto, acaba perpetuando desigualdades e fragilizando a proteção da família.

A jurisprudência tem se mostrado ambígua nesse ponto. O STJ, em decisões como o REsp 878.941/RS, reconheceu efeitos sucessórios da filiação socioafetiva, mesmo sem vínculo biológico, desde que comprovada a posse de estado de filho. Já o STF, no RE 898.060/SC, reforçou que vínculos afetivos têm igual valor jurídico aos biológicos, repercutindo inclusive na sucessão. Essas decisões apontam para uma tendência de valorização da afetividade. No entanto, por não haver uma legislação específica, os julgados ainda dependem da interpretação dos tribunais e variam conforme o caso, gerando instabilidade e ausência de uniformidade.

No entanto, outros julgados têm restringido esse entendimento, exigindo registro civil ou decisão judicial prévia para reconhecimento da filiação. A alegação é de que admitir a sucessão sem formalização poderia gerar insegurança e estimular litígios. Esse argumento revela a tensão entre segurança jurídica e justiça material. De um lado, busca-se proteger a previsibilidade do sistema; de outro, corre-se o risco de sacrificar vínculos afetivos legítimos. O dilema é claro: até que ponto a lei deve se prender à formalidade em detrimento da realidade vivida pelas famílias?

Doutrinadores como Giselda Hironaka (2019) defendem que a filiação socioafetiva deve ser plenamente reconhecida no direito sucessório, independentemente de formalização, desde que comprovado o vínculo afetivo. Para a autora, a afetividade não pode ser relegada a mero discurso, mas deve se traduzir em consequências jurídicas concretas. Esse posicionamento busca superar a distância entre norma e vida, assegurando que o afeto seja critério legítimo na ordem sucessória. Ao propor essa interpretação, a doutrina sugere um caminho de maior justiça, capaz de resguardar a dignidade daqueles que foram filhos de fato, ainda que não de direito.

Um exemplo ilustrativo é o de João, criado por seus avós desde os dois anos de idade, após abandono dos pais. Ao falecer sua avó Maria, João não teve direito à herança, pois seus pais ainda estavam vivos, embora nunca tivessem desempenhado papel parental. Esse caso revela como a lei pode se mostrar injusta ao desprezar vínculos afetivos sólidos. A história de



João é semelhante à de milhares de brasileiros que, mesmo vivendo plenamente a experiência de filiação com os avós, acabam invisibilizados pelo sistema jurídico. Assim, percebe-se a urgência de uma transformação normativa ou jurisprudencial que dê respostas mais adequadas à realidade social.

### **3 Entre a Legalidade e a Afetividade: Caminhos Possíveis**

A tensão entre legalidade e afetividade é o ponto central da discussão sobre o direito sucessório dos netos criados por avós. De um lado, a lei, ao privilegiar vínculos formais, assegura previsibilidade e segurança. De outro, a realidade social exige o reconhecimento de relações afetivas que desempenham, de fato, a função parental. Esse embate traduz a dificuldade de conciliar a rigidez da norma com a dinamicidade da vida, que nem sempre se encaixa nos moldes tradicionais previstos pelo legislador. É nesse espaço de tensão que surgem as injustiças mais evidentes e também as oportunidades de avanço jurídico.

Uma das soluções possíveis é a edição de legislação específica, reconhecendo expressamente o direito sucessório dos filhos socioafetivos, inclusive nos casos de criação por avós. Essa medida conferiria uniformidade e segurança, evitando que a questão fique ao sabor de interpretações judiciais divergentes. Além disso, ao incluir a afetividade de forma explícita no texto legal, o legislador atenderia ao princípio da dignidade humana e alinharia o Código Civil com os valores constitucionais já consolidados. Dessa forma, seria possível reduzir a insegurança jurídica e ampliar a proteção às famílias que fogem do modelo tradicional.

Outra alternativa é a consolidação jurisprudencial. O STF e o STJ já deram passos importantes no reconhecimento da parentalidade socioafetiva. A consolidação desse entendimento, em súmulas ou precedentes vinculantes, poderia garantir maior estabilidade e previsibilidade, mesmo na ausência de legislação específica. Essa evolução jurisprudencial é fundamental para que casos semelhantes recebam tratamento uniforme, evitando decisões contraditórias que alimentam insegurança e prolongam litígios. Dessa maneira, o Judiciário teria papel ativo na construção de um direito sucessório mais justo e atualizado.

Além disso, políticas públicas podem estimular a formalização de vínculos de guarda ou adoção. Muitos avós que criam netos não regularizam a situação por desconhecimento ou por burocracia. Campanhas de conscientização e simplificação dos procedimentos poderiam reduzir esse problema, ampliando a proteção jurídica. Essa via preventiva poderia evitar conflitos futuros e assegurar que crianças e adolescentes tenham sua situação reconhecida desde



cedo, com todos os efeitos legais correspondentes. Assim, a união entre legislação, jurisprudência e políticas públicas se mostra essencial para enfrentar a questão.

É importante observar que o reconhecimento da afetividade não implica anarquia sucessória. Pelo contrário, trata-se de adequar à lei à realidade, garantindo que aqueles que exerceram de fato o papel de filhos não seja excluído. A segurança jurídica deve conviver com a justiça material, pois ambas são valores constitucionais relevantes. Ao equilibrar esses dois polos, o direito sucessório poderá preservar a ordem sem sacrificar os vínculos afetivos legítimos. O desafio, portanto, não é eliminar a legalidade, mas ampliá-la para que contemple a diversidade das famílias brasileiras.

Nesse sentido, um breve quadro comparativo ajuda a visualizar a tensão: pela legalidade, os netos só herdam por representação, na ausência dos pais; pela afetividade, os netos que foram criados como filhos deveriam ter direito sucessório próprio, independentemente da morte dos pais. Contraste mostra como a interpretação estritamente formal pode levar a resultados injustos, enquanto a consideração do afeto permite soluções mais próximas da realidade social. Reconhecer essa diferença é o primeiro passo para construir um sistema mais equilibrado e sensível às necessidades humanas.

Portanto, os caminhos possíveis envolvem tanto mudanças legislativas quanto evolução jurisprudencial. O desafio é equilibrar segurança e justiça, garantindo que a lei não se torne instrumento de exclusão. A construção de um direito sucessório mais inclusivo é tarefa que exige sensibilidade, diálogo entre os poderes e comprometimento com os valores constitucionais. Só assim será possível superar o distanciamento entre norma e vida, promovendo um sistema mais justo, humano e coerente com a realidade do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o direito sucessório dos netos criados por avós, ressaltando a tensão entre legalidade e afetividade. Partindo do exame do ordenamento jurídico brasileiro, constatou-se que o Código Civil limita a sucessão dos netos à representação, ignorando vínculos afetivos consolidados. Esse quadro revela uma insuficiência da legislação, que permanece presa a uma concepção restritiva de família, distante da complexidade social do Brasil contemporâneo. Assim, verificou-se que a lei ainda não responde de maneira adequada à realidade de milhões de crianças e jovens criados por seus avós.

A Constituição Federal de 1988, ao consagrar princípios como dignidade e solidariedade, abriu espaço para uma leitura mais ampla da família. A afetividade, reconhecida como princípio jurídico, tem sido incorporada pela doutrina e pela jurisprudência, ainda que de forma tímida no campo sucessório. A incorporação, embora significativa, precisa ser expandida para que alcance também a esfera patrimonial, assegurando que laços afetivos consolidados tenham o mesmo valor que vínculos biológicos. A Constituição, portanto, já fornece a base normativa para que essa mudança seja plenamente efetivada.

Verificou-se que a jurisprudência, em casos pontuais, já reconheceu efeitos sucessórios da filiação socioafetiva, mas ainda falta uniformidade e segurança. O resultado é a perpetuação de injustiças, como a exclusão de netos que foram, na prática, filhos, mas não são reconhecidos como tais pelo direito sucessório. Essa falta de uniformidade cria desigualdade, pois famílias em situações semelhantes podem ter desfechos jurídicos completamente distintos. Isso demonstra a necessidade de uma regulamentação mais clara, que traga estabilidade e justiça para todos.

A solução passa pela edição de legislação específica, pela consolidação da jurisprudência e pelo estímulo à formalização de vínculos. Mais que isso, exige-se uma mudança de paradigma: compreender que a família contemporânea não se limita ao sangue ou ao registro, mas é também construída pelo afeto. Essa mudança de mentalidade é fundamental para que o direito cumpra sua função social e não se torne obstáculo à dignidade humana. Reconhecer o afeto como fonte legítima de direitos é reconhecer a própria essência da vida em comunidade.

Em uma perspectiva propositiva, defende-se a inclusão, no Código Civil, de dispositivos que reconheçam expressamente a filiação socioafetiva como título legítimo para a sucessão, quando comprovada a posse do estado de filho. Essa alteração legislativa traria segurança jurídica e uniformidade interpretativa, reduzindo litígios e assegurando proteção igualitária às diversas configurações familiares da sociedade brasileira. Além disso, políticas públicas voltadas à simplificação dos procedimentos de guarda e adoção poderiam favorecer o reconhecimento formal desses vínculos, evitando injustiças futuras.

É igualmente importante que o Poder Judiciário adote uma postura interpretativa sensível e harmônica com os princípios constitucionais, consolidando entendimentos que reconheçam o valor jurídico da afetividade em sua plenitude. A uniformização de decisões por meio de precedentes vinculantes ou súmulas poderia contribuir para a estabilidade e previsibilidade das relações sucessórias. Dessa forma, o Judiciário atuaria tanto como aplicador

da lei, assim como também agente transformador da realidade social, aproximando o Direito de sua finalidade maior que é de promover justiça.

Assim, conclui-se que o reconhecimento do direito sucessório dos netos criados por avós é medida necessária para a concretização da justiça e da dignidade humana. Negar esses direitos equivale a perpetuar uma visão ultrapassada de família, em desacordo com a Constituição e com a realidade social brasileira. A adequação do ordenamento à vida real não é apenas uma exigência jurídica, mas também uma questão ética e de compromisso com os valores fundamentais. Portanto, o futuro do direito sucessório passa, inevitavelmente, pela valorização da afetividade como critério legítimo de sucessão. Uma vez que a afetividade, quando consolidada pela convivência e responsabilidade, deve ter força suficiente para produzir todos os efeitos jurídicos, inclusive o direito à herança, sob pena de o Direito negar a própria humanidade que o inspira.

## REFERÊNCIAS

BARROS. Myriam Lins. **Família e gerações**. Org. Myriam Lins de Barros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Recurso Extraordinário n. 898.060/SC. Rel. Min. Luiz Fux. Julgado em 21 set. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial n. 878.941/RS. Rel. Min. Nancy Andrighi. Julgado em 13 nov. 2007. Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 set. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

HIRONAKA, Giselda. **Direito das Sucessões: Fundamentos e Controvérsias**. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOPES, Rodrigo Forlani; PARRON, Nathalia Pinesso Rigueiro. **Impactos sucessórios do reconhecimento de netos adultos como filhos socioafetivos pelos avós**. CNB/SP, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://cnbsp.org.br/2024/12/30/artigo-impactos-sucessorios-do-reconhecimento-de-netos-adultos-como-filhos-socioafetivos-pelos-avos-por-rodrigo-forlani-lobes-e-nathalia-pinesso-rigueiro-parron/>. Acesso em: 19 out. 2025.



LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Volume 5: Famílias**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família** – vol. V. 28. ed., revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; STOLZE, Pablo. **Novo Curso de Direito Civil: Direito das Sucessões**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SILVA, Eloa Leandro da; CLEMES, Carina Gassen Martins. **Afetividade e sucessão: o direito dos avós de destinar herança a netos criados sob sua guarda**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), v. 8, n. 6, 2022. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19800>>. Acesso em: 28 out. 2025.

VELOSO, Zeno. **Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2025.

